



Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS BANCO ORIGINAL

31 de dezembro de 2021

ÍNDICE

• Relatórios

Resumo do relatório do Comitê de Auditoria	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas ...	5

• Demonstrações financeiras consolidadas

Balanços patrimoniais consolidados	10
Demonstrações consolidadas do resultado	12
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente	13
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa.....	15

• Notas explicativas

1. Contexto operacional	16
2. Base de preparação.....	16
3. Principais práticas contábeis	18
4. Caixa e equivalentes de caixa	26
5. Ativos financeiros.....	27
6. Investimentos	34
7. Imobilizado.....	34
8. Ativos intangíveis	35
9. Direito de uso de bens arrendados.....	35
10. Outros ativos.....	35
11. Passivos financeiros	36
12. Provisões	37
13. Ativos e passivos fiscais	39
14. Outros passivos	41
15. Patrimônio líquido	41
16. Receita de juros e similares.....	42
17. Despesa com juros e similares	43
18. Ganho/(perda) líquidos em investimentos em instrumentos financeiros	43
19. Recuperação de créditos baixados para prejuízo.....	43
20. Resultado em operações de câmbio	44
21. Receita de prestação de serviços.....	44
22. Provisão para perdas esperadas em ativos financeiros	44
23. Despesas de pessoal.....	44
24. Despesas tributárias	45
25. Outras despesas administrativas	45
26. Outras receitas/(despesas) líquidas	46
27. Partes relacionadas	46
28. Estrutura de gerenciamento de riscos	49
29. Limites operacionais	56
30. Resultado por ação.....	57
31. Informações complementares.....	57
32. Eventos subsequentes.....	60

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Banco Original S.A (Original) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê é um órgão composto por três membros externos e independentes e reporta-se ao Conselho de Administração (Conselho).

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração, de modo que as solicitações de informações dos componentes do colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho e supervisionada pelo Comitê e atua de forma objetiva e independente adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados.

A Auditoria Interna provê o Conselho, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Original.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Original e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve contratação de serviços adicionais da empresa de auditoria externa nos 2 (dois) últimos anos, incluindo o período em análise.

O Comitê reuniu-se 15 (quinze) vezes no exercício de 2021, realizando 63 (sessenta e três) reuniões. Destas, 12 (doze) com a Auditoria Interna, 3 (três) com a empresa de auditoria independente e 48 (quarenta e oito) com os gestores de negócios e de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da Auditoria Interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Nenhuma recomendação foi emitida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 do Original foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Original.

Com base nas informações recebidas, o Comitê registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Original.

O Comitê, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 24 de março de 2021.

O Comitê de Auditoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Acionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Original S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de

nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes, demais instrumentos de dívidas não mensurados ao valor justo por meio do resultado e para limites de créditos concedidos e não utilizados

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.d.8., 5.d, e 28.a às demonstrações financeiras consolidadas, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas (PE) de empréstimos e adiantamentos a clientes, demais instrumentos de dívidas não mensurados ao valor justo por meio do resultado e para limites de créditos concedidos e não utilizados, é requerido a aplicação de premissas significativas e uso de modelos qualitativos e quantitativos. A administração se baseia na expectativa de perdas esperadas ao longo da vida útil do ativo (PE *lifetime*), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origemação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A PE 12 meses é parte da PE *lifetime* que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras. Tanto a PE *lifetime* como a PE 12 meses são calculadas em bases individuais e em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. Para calcular a perda esperada, o Banco usa estimativas de probabilidade de inadimplência (PD), exposição nos momentos de inadimplência (EAD) e perda dada a inadimplência (LGD), bem como estimativas do impacto das projeções dos cenários macroeconômicos futuros.

Devido ao grau de incerteza significativa que envolve a mensuração da perda esperada, principalmente relacionado a complexidade dos modelos e subjetividade e precisão das premissas utilizadas, dentre essas estão: (i) as metodologias e premissas utilizadas para estimar as PDs, EADs e LGDs; (ii) os cenários macroeconômicos futuros; (iii) a identificação de aumento significativo de risco de crédito (estágio 2), perda dada a inadimplência com redução ao valor recuperável (estágio 3) e o nível de incerteza na mensuração das provisões de perdas esperadas foi acentuada pelos efeitos da pandemia da Covid-19 no cenário econômico atual e seus possíveis efeitos no futuro consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

A seguir estão os principais procedimentos que realizamos para avaliar esse principal assunto de auditoria. Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados aos processos de análise, aprovação e registro das operações sujeitas ao risco de crédito e para mensurar a perda esperada, analisamos as políticas e manuais que documentam as modelagens desenvolvidas, a aplicação das metodologias, a utilização de índices e premissas utilizados pelo Banco no cálculo das perdas esperadas de operações sujeitas ao risco de crédito. Envolvermos profissionais de risco de crédito com experiência e conhecimento especializados que nos auxiliaram: (i) na avaliação qualitativa das metodologias de PE do Banco através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos e nas IFRS; (ii) em testar a precisão das PDs, EADs e LGDs utilizando a metodologia definida e os dados históricos do Banco; (iii) na avaliação da segmentação dos grupos homogêneos de risco de crédito para a mensuração da PD através da correlação dos dados históricos das carteiras; e (iv) na avaliação da relevância das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários macroeconômicos futuros através da análise de regressão e correlação histórica com esses indicadores. Comparamos os índices projetados pelo Banco nos cenários macroeconômicos futuros com projeções independentes de terceiros. Para uma amostra de contratos, avaliamos a PE calculada individualmente, incluindo a avaliação dos fluxos de caixa esperados e garantias relacionadas; e avaliamos a aderência às políticas internas sobre a identificação do aumento significativo de risco de crédito e a classificação dos instrumentos financeiros nos estágios 2 e 3.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a perda esperada de empréstimos, adiantamentos a clientes, demais instrumentos de dívidas não mensurados ao valor justo por meio do resultado e para limites de créditos concedidos e não utilizados, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Avaliação da expectativa de realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.2.iii e 13.d, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem ativos fiscais diferidos. Os ativos fiscais diferidos sobre adições temporárias, quando aplicável, são realizados quando da utilização das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período base. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos fiscais diferidos, que se baseiam em estimativas de rentabilidade futura, alto grau de julgamento, considerando premissas econômicas e de crescimento do Banco e pelo impacto que eventuais alterações destas premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria..

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes, referentes ao processo de determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros que é base para a avaliação de reconhecimento e realização dos saldos de créditos tributários no ativo.

Com o suporte técnico dos nossos especialistas, testamos a razoabilidade e consistência dos métodos, premissas e dados utilizados na preparação do plano de negócios e projeções de resultados futuros tributáveis do Banco além do estudo técnico que inclui a avaliação da expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos que incluem também a avaliação feita pelo Banco dos eventuais efeitos da conjuntura econômica em suas projeções de resultados futuros.

Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a avaliação da expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais, referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos



relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as



correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Andre Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	569.440	375.601
Ativos financeiros			
Instrumentos financeiros		18.728.451	13.775.106
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	5.a	4.362.925	2.679.974
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.b	2.477.287	1.231.692
Mensurados ao custo amortizado	5.c	13.445.396	10.349.162
Provisão para perdas esperadas	5.d	(1.557.157)	(485.722)
Ativos fiscais		1.140.033	669.625
Ativos fiscais correntes	13.b	110.322	61.783
Ativos fiscais diferidos	13.d	1.029.711	607.842
Investimentos	6	2.568	491
Imobilizado líquido	7	88.375	141.756
Ativos intangíveis líquidos	8	657.226	917.633
Direito de uso de bens arrendados	9	64.855	114.181
Outros ativos	10	759.768	724.729
Total do ativo		22.010.716	16.719.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Passivos financeiros		19.812.437	13.983.814
Mensurados ao custo amortizado	11	19.812.437	13.983.814
Provisões	12	47.580	57.099
Passivos fiscais		169.904	49.349
Passivos fiscais correntes	13.c	124.106	49.349
Passivos fiscais diferidos	13.f	45.798	–
Outros passivos	14	121.745	672.043
Patrimônio líquido			
Capital social	15.a	2.530.001	2.130.001
Outros resultados abrangentes	15.d	(55.827)	14.355
Prejuízos acumulados		(615.125)	(442.233)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.859.049	1.702.123
Participação de acionistas não controladores		1	254.694
Total do patrimônio líquido		1.859.050	1.956.817
Total do passivo e patrimônio líquido		22.010.716	16.719.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Produto bancário		1.768.869	1.117.305
Receita de juros e similares	16	1.980.986	1.720.002
Despesa de juros e similares	17	(1.026.106)	(554.127)
Ganho/(perda) líquidos em investimentos em instrumentos financeiros	18	404.752	(560.566)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	19	46.159	32.806
Resultado em operações de câmbio	20	3.016	74.419
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	21	360.062	404.771
Provisão para perdas esperadas em ativos financeiros		(1.154.046)	(329.951)
Perda esperada em operações de crédito	22	(1.154.046)	(329.951)
Produto bancário líquido de perdas esperadas de ativos financeiros		614.823	787.354
Outras receitas e despesas		(1.075.490)	(1.647.273)
Despesas de pessoal	23	(384.017)	(586.606)
Despesas tributárias	24	(115.447)	(108.287)
Outras despesas administrativas	25	(909.415)	(926.118)
Resultado de participação em coligadas	6	(9.098)	(23.861)
Outras receitas/(despesas) líquidas	26	342.487	(2.401)
Resultado antes dos impostos		(460.667)	(859.919)
Imposto de renda e contribuição social	13.a	255.129	218.042
Resultado líquido do exercício		(205.538)	(641.877)
Atribuído ao controlador		(205.537)	(362.943)
Atribuído aos não controladores		(1)	(278.934)
Resultado líquido por lote de mil ações			
Ações ordinárias	30	(0,361)	(0,699)
Ações preferenciais	30	(2,983)	(19,190)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado líquido do exercício	(205.538)	(641.877)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros		
Variação de valor justo	(138.812)	9.062
Ganhos reclassificados para o resultado	(397)	–
Perdas reclassificadas para o resultado	5.147	–
Efeito dos tributos	67.031	(4.078)
Hedge		
Variação de valor justo	(3.960)	(18.539)
Ganhos reclassificados para o resultado	(17.392)	(42.018)
Perdas reclassificadas para o resultado	13.226	32.112
Efeito dos tributos	–	17.379
Variação cambial de investimento no exterior	4.975	14.701
Outros resultados abrangentes	(70.182)	8.619
Resultado abrangente	(275.720)	(633.258)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Subtotal	Acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.130.001	5.736	(61.308)	2.074.429	41.521	2.115.950
Aumento de capital ⁽¹⁾	15.a	–	–	–	–	588.489	588.489
Resultado do exercício		–	–	(362.943)	(362.943)	(278.934)	(641.877)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	15.d	–	8.619	–	8.619	–	8.619
Ajuste de investimento		–	–	(17.982)	(17.982)	(96.382)	(114.364)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.130.001	14.355	(442.233)	1.702.123	254.694	1.956.817
Mutações do período		–	8.619	(380.925)	(372.306)	213.173	(159.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.130.001	14.355	(442.233)	1.702.123	254.694	1.956.817
Aumento de capital	15.a	400.000	–	–	400.000	–	400.000
Resultado do exercício		–	–	(205.537)	(205.537)	(1)	(205.538)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	15.d	–	(70.182)	–	(70.182)	–	(70.182)
Efeitos da alienação de ações		–	–	32.645	32.645	(254.692)	(222.047)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		2.530.001	(55.827)	(615.125)	1.859.049	1	1.859.050
Mutações do período		400.000	(70.182)	(172.892)	156.926	(254.693)	(97.767)

⁽¹⁾ PicPay Instituição de Pagamento S.A.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		(205.538)	(641.877)
Ajustes ao resultado líquido do exercício		1.111.025	357.689
Perdas esperadas em operações de crédito	22	1.154.046	329.951
Provisão / (reversão) da provisão para redução ao valor recuperável de ativos	26	(2.789)	–
Depreciações e amortizações	25	225.603	162.414
Provisão para participação nos lucros		20.243	36.563
Resultado de variação cambial		69.422	21.673
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		–	136
Ajuste de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		12.123	–
Resultado da participação em coligadas	6	9.098	23.861
(Lucro) / prejuízo na alienação de ativos		16.931	–
Ativos e passivos fiscais diferidos		(376.071)	(240.563)
Provisões	12	(9.519)	33.891
Atualização de depósitos judiciais	26	(1.091)	(1.011)
Atualização de impostos a compensar	26	(6.971)	(879)
Outros ajustes		–	(8.347)
Resultado líquido do exercício ajustado		905.487	(284.188)
Variações em ativos e passivos			
		299.840	11.351
Redução / (aumento) em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		(1.695.074)	(1.507.973)
Redução / (aumento) em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		(3.248.267)	(2.639.385)
Redução / (aumento) em ativos fiscais		(48.539)	13.582
Redução / (aumento) em outros ativos		(41.119)	(28.315)
Aumento / (redução) em passivos financeiro mensurados ao custo amortizado		5.828.623	4.116.088
Aumento / (redução) em passivos fiscais		153.224	(22.429)
Aumento / (redução) em outros passivos		(570.541)	99.128
Imposto de renda e contribuição social pagos		(78.467)	(19.345)
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades operacionais		1.205.327	(272.837)
Atividades de investimento			
(Aquisição) de investimentos	6	(11.175)	–
(Aquisição) de imobilizado	7.b	(33.331)	(98.640)
Alienação / baixa de imobilizado	7.b	60.554	51.124
(Aquisição) de ativos intangíveis	8.b	(125.252)	(310.009)
Alienação / baixa de ativos intangíveis	8.b	200.509	21.591
(Aquisição) de direito de uso de bens arrendados	9.b	–	(59.141)
Baixa de direito de uso de bens arrendados	9.b	35.031	–
Redução / (aumento) em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(1.315.777)	(453.561)
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades de investimento		(1.189.441)	(848.636)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	31.f	400.000	–
Variação da participação de não controladores		(222.047)	213.173
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades de financiamento		177.953	213.173
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial	4	375.601	1.284.037
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		–	(136)
Saldo final	4	569.440	375.601
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa		193.839	(908.300)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

O Banco Original S.A. (Original) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua Porto União, 295, Brooklin Paulista, São Paulo - SP.

O Original é controlado pela J&F Participações S/A, que detém 100% de suas ações ordinárias e preferenciais.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Original foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas anuais, de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), conforme aprovado pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando o pressuposto da continuidade, em que a Administração avalia a capacidade operacional no futuro previsível por meio de planejamento anual, fluxos de caixa e revisão dos controles e responsáveis pela governança. Portanto, estas demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

As contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações financeiras consolidadas.

Exceto quando indicado, os valores apresentados nas demonstrações e respectivas notas explicativas possuem ajustes de arredondamento sendo, para cima se a primeira casa decimal for igual ou superior a 5 e para baixo quando inferior. Tais ajustes não ocasionam em distorções significativas às divulgações.

Na preparação destas demonstrações, o Original utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

2.1. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

IFRS 7 - Divulgação de instrumentos financeiros, IFRS 9 - Instrumentos financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos e IAS 39 - Instrumentos financeiros.

Estas alterações de pronunciamentos existentes são efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021 e resumem-se em:

- **Modificação de ativos e passivos financeiros**

Expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato;

- **Hedge accounting**

Fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de *hedge* com o reconhecimento em resultado da parcela inefetiva, criação de subcarteiras para segregação dos contratos com as taxas alteradas para *hedges* de grupo de itens, prazo de 24 meses para

identificação e segregação de novo risco baseado na alteração das taxas de juros, e atualizações nas documentações de *hedge*;

• **Divulgação**

Requerimentos sobre a divulgação dos riscos em que a entidade está exposta pela reforma, o gerenciamento deste risco e da evolução da transição das *Interest rate benchmark reform (IBOR)*;

As alterações não impactaram a divulgação das demonstrações financeiras do Original.

c) Pronunciamentos emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

• **Alterações na IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis**

Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumarizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros. As análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até o início da vigência da norma;

• **Alterações na IAS 8 - Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros**

Inclui a definição de estimativas contábeis, valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as demonstrações financeiras do Original;

• **Alterações na IAS 12 - Imposto sobre a renda**

Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos, não se aplicam as operações de arrendamentos. Estas alterações são efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até o início da vigência da norma;

2.2. Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações financeiras consolidadas devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Original estão relacionadas com os seguintes tópicos:

i) Perda de crédito esperada

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos e qualitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de seus modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem. As principais premissas são:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos quantitativos e qualitativos; e
- Informações com base em ativos financeiros similares para efeitos de mensuração;

ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes de

mercado na data de mensuração. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é obtido com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias são registrados na rubrica “Ativos diferidos”. As obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica “Passivos diferidos”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

iv) Ativos e passivos contingentes (provisões)

Ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial do Original, exceto quando há evidências que assegurem sua realização.

Os passivos contingentes classificados como de risco de perda prováveis são reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica provisões.

O Original revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

Os valores das contingências são quantificados através de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

3. Principais práticas contábeis

a) Consolidação

a.1) Subsidiárias

De acordo com a IFRS 10 - demonstrações financeiras consolidadas, subsidiárias são todas as entidades nas quais o Original possui controle.

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

a.2) Entidades controladas consolidadas nas demonstrações financeiras

Entidades controladas são todas as entidades às quais o Original está exposto, ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. Uma avaliação de controle é realizada de forma contínua. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir.

Entidades controladas				31/12/2021	31/12/2020
	Atividade	Capital social integralizado	Ações e/ou cotas	Participação	Participação
Original Hub Ltda ⁽¹⁾	Prestação de serviços	3.450	3.449.655	99,99%	99,99%
Original Asset Management Ltda. ⁽²⁾	Administração de carteiras/fundos	985	1.999.800	–	99,99%
Picpay Instituição de Pagamentos S.A. ⁽³⁾	Instituição de pagamento	2.054.774	10.276	–	22,69%

⁽¹⁾ Antiga Original APP

⁽²⁾ Em 31 de março de 2021, o Original deixou de consolidar a Original Asset devido ao fim da relação de controle decorrente da alienação da totalidade das cotas.

⁽³⁾ Em 19 de fevereiro de 2021, o Original deixou de consolidar a PicPay Instituição de Pagamento devido ao fim da relação de controle decorrente da alienação da totalidade das ações.

b) Conversão de moedas estrangeiras

b.1) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Original estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para a subsidiária, entidade sob controle, o Original definiu a moeda funcional, como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera.

b.2) Transações com moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais na data de balanço pela taxa de câmbio vigente na respectiva data e as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado na rubrica “variações cambiais”.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, exceto quando forem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

d.1) Classificação e mensuração de ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados:

- Ao custo amortizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda;
- Ao valor justo por meio do resultado quando os ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima;

“Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal). A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

- i) O modelo de negócios no qual são administrados;
- ii) As características de seus fluxos de caixa;

Modelo de negócios representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Original considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios tais como os gestores do negócio são remunerados e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

Teste SPPJ é a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas.

A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

d.2) Custo amortizado

Os ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

d.3) Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. O Original classifica a hierarquia de valor justo conforme sua relevância em três níveis:

Nível 1, ativos com preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata;

Nível 2, técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata; e

Nível 3, técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível;

d.4) Instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são os que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor, ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Original mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente e não são reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na demonstração do resultado quando o direito do Original é estabelecido.

d.5) Instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são os que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios. Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando:

- i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda;

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

d.6) Reclassificação de ativos e passivos financeiros

O Original não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

d.7) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Original desreconhece um ativo financeiro quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento. A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resultar em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Original reconhece um ganho ou perda de modificação.

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis ou se foram transferidos para terceiros e: i) o Original transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade ou ii) o Original não transfere, não retém substancialmente todos os

riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

O desreconhecimento é feito pelo Original quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

d.8) Perda de crédito esperada

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos e qualitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem.

O Original considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito.

A IFRS 9 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O Original utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. As principais informações prospectivas utilizadas na determinação da perda esperada estão relacionadas com a taxa Selic e o produto interno bruto (PIB).

Cenários macroeconômico envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado.

Em cenários de perda ponderados pela probabilidade, o Original utiliza um horizonte de observação adequado à classificação em estágios, considerando a projeção a partir de variáveis econômicas.

A baixa de operações para prejuízo é feita para contratos com atrasos superiores a 360 dias, de acordo com estudos de rolagem da carteira e recuperação de créditos anteriormente baixados.

A cada período das demonstrações financeiras, o Original avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial utilizando indicadores relativos e absolutos, que consideram o atraso e a probabilidade de default (PD), por produto.

O Original avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como a contraparte, o tipo e as características do produto e a região em que foi contratado.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia de COVID-19, que excepcionalmente gerou um cenário de distorções nos comportamentos de inadimplência. Esta variável foi considerada no cálculo da perda esperada para os segmentos que se mostraram sensivelmente afetados. De forma complementar, a Administração considerou fatores macroeconômicos para calibrar a curva de vida dos contratos.

Dessa forma, as operações são classificadas em três estágios, sendo:

Estágio 1 - perda de crédito esperada em 12 meses, que representa eventos de inadimplência de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;

Estágio 2 - perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro, que considera todos eventos de inadimplência. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito, cujo risco de crédito aumentou significativamente; e

Estágio 3 - perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação, que considera eventos de inadimplência. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado líquido de provisão e não ao valor contábil bruto;

Os ativos migram entre os três estágios à medida que seu risco de crédito deteriora ou evolui para um cenário de recuperação.

d.9) Cálculo da perda esperada

O Original calcula a perda esperada (PE) para mensurar a insuficiência de caixa, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

O detalhamento dos mecanismos de cálculo de PE envolvem:

- i) Probabilidade de inadimplência (*Probability of default* - (PD)), que é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- ii) Exposição no momento da inadimplência (*Exposure at default* - (EAD)), que representa uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.
- iii) Perda reconhecida devido a inadimplência (*Loss given default* - (LGD)), que significa uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É usualmente expressa como uma porcentagem da EAD.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, exceto se o Original legalmente tiver o direito de liquidar antecipadamente. A determinação da estimativa para perda esperada em cada um dos três estágios, considera:

No estágio 1, o cálculo da provisão da PE em 12 meses baseada na expectativa de ocorrência de inadimplência para os 12 meses seguintes a data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente;

No estágio 2, a ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem, quando uma provisão de PE é reconhecida. A determinação da estimativa é similar ao estágio 1, porém a PD e a LGD são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente; e

No estágio 3, operações com problemas de recuperação, onde a PE é reconhecida ao longo da vida das mesmas. O método é similar ao utilizado nos estágios 1 e 2. No entanto, a PE é determinada em 100%;

d.10) Taxa de juros efetiva

Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Original estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do instrumento financeiro. No caso de instrumentos com problemas de recuperação de crédito, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada, considerando a perda de crédito esperada, ao custo amortizado do ativo financeiro.

e) Imobilizado

O imobilizado de uso é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

f) Ativos intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *software* e licenças de uso e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

O ágio é diferença entre o valor pago e os ativos líquidos adquiridos da aquisição de participação em uma entidade. O ágio não é amortizado, tendo seu valor recuperável avaliado semestralmente ou quando da existência de indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa (UGC) e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

g) Direito de uso de bens arrendados

O Original é arrendatário, principalmente, de bens imóveis para realização de suas atividades comerciais e administrativas. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica outros passivos financeiros, que corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente, amortizados de forma linear pelo prazo do contrato de arrendamento.

h) Passivos fiscais

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O reconhecimento das provisões para o imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo acumulado, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário.

A despesa de impostos sobre a renda é reconhecida no resultado, exceto quando advinda de uma transação reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes; nesse caso, o efeito fiscal é reconhecido no próprio resultado abrangente. É calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota cabível ao lucro real do período e das variações dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Os ativos e passivos diferidos incluem as diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou receber sobre as diferenças entre o valor contábil e sua respectiva base fiscal. Os ativos diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

i) Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e provisão para perda, quando necessário.

j) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto quando forem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, classificação aplicada aos instrumentos financeiros derivativos.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes e passivos contingentes são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração entender que sua realização for praticamente certa e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e sem possibilidades de recursos e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- i) Prováveis, para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica provisões;
- ii) Possíveis, as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo reconhecida no balanço patrimonial uma provisão; e
- iii) Remotas, as quais não requerem provisão e tampouco divulgação;

l) Capital social

Constituído por ações ordinárias e preferenciais e classificadas no patrimônio líquido.

m) Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação é calculado pela divisão do resultado líquido atribuído aos controladores do Original pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício.

n) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o Original fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que o Original espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para o reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando efetivamente incorridos.

Principais serviços prestados pelo Original:

• Serviços de conta corrente

Substancialmente compostos por tarifas de manutenção de contas correntes, conforme cada pacote de serviço concedidos aos clientes, serviços avulsos como por exemplo TED/DOC, entre outros;

- **Cartões de crédito e débito**

Referem-se, principalmente, às taxas cobradas pelos emissores e adquirentes pelo processamento das operações realizadas com cartões, às anuidades cobradas pela disponibilização e administração do cartão de crédito e ao aluguel de máquinas;

- **Serviços de recebimentos**

Referem-se aos serviços de cobrança e de arrecadações;

- **Operações de crédito e garantias financeiras prestadas**

Referem-se, principalmente, às tarifas de adiantamento a depositantes e a comissão de garantias prestadas;

As receitas de serviços relacionados a contas corrente, cartões de crédito e de débito são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

o) Benefícios a empregados

O Original oferece a título de benefício pós-emprego aos seus colaboradores a extensão do seguro saúde, nas condições estabelecidas na convenção coletiva dos bancários, pelo período de até 180 dias, a partir da data da rescisão do contrato de trabalho.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	40.443	62.611
Caixa e bancos em moedas estrangeiras	39.875	36.086
Caixa e bancos em moeda nacional	568	26.525
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	528.997	–
Notas do Tesouro Nacional - NTN	528.997	–
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	312.990
Total	569.440	375.601

5. Ativos financeiros

a) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

a.1) Títulos e valores mobiliários

	Nível	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2021 Valor contábil/ justo	31/12/2020 Valor contábil/ justo
Carteira própria							
Títulos públicos							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	–	22.463	38.089	90.507	151.059	287.517
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	–	442.064	–	565.773	1.007.837	1.936.613
Títulos privados							
Ações de companhias abertas	1	–	–	–	–	–	33
Cotas de fundos	1	2.158.549	–	–	–	2.158.549	115.923
Total em carteira própria		2.158.549	464.527	38.089	656.280	3.317.445	2.340.086
Vinculados a compromissos de recompra							
Títulos públicos							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	–	–	–	603.575	603.575	185.257
Total em vinculados a compromisso de recompra		–	–	–	603.575	603.575	185.257
Vinculados à prestação de garantias							
Títulos públicos							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	–	–	321.238	28.041	349.279	–
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	–	–	–	37.700	37.700	66.907
Títulos privados							
Cotas de fundos	1	25.963	–	–	–	25.963	24.804
Total em vinculados a prestação de garantias		25.963	–	321.238	65.741	412.942	91.711
Total		2.184.512	464.527	359.327	1.325.596	4.333.962	2.617.054

a.2) Derivativos

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções padronizadas** - Cotações em bolsas;
- **Opções não padronizadas** - Determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **Swaps e NDF** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

a.2.1) Composição da carteira por indexador

	Nível	31/12/2021			31/12/2020		
		Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Non deliverable forward							
Posição ativa		1.034.016	14.056	15.800	991.616	64.486	61.984
Prefixado	1	—	—	—	—	—	(31)
Dólar	1	1.034.016	14.056	15.800	990.697	64.486	62.015
Euro	1	—	—	—	919	—	—
Posição passiva		1.034.016	(3.435)	(3.742)	991.616	(2.839)	(2.131)
Prefixado	1	1.034.016	(3.435)	(3.742)	991.616	(2.839)	(2.131)
Diferencial líquido		—	10.621	12.058	—	61.647	59.853
2 - Swap							
Posição ativa		860.267	7.316	26.680	594.749	8.679	17.149
Prefixado	1	210.247	14	266	237.820	64	2.166
DI	1	382.939	903	17.056	284.701	190	4.410
Dólar	1	267.081	6.399	9.358	72.228	8.425	10.573
Posição passiva		860.267	(14.422)	(7.774)	594.749	(13.822)	(14.082)
Prefixado	1	515.804	(1.388)	(73)	284.701	(72)	(429)
DI	1	78.406	(55)	(1.265)	88.734	—	—
Dólar	1	266.057	(12.979)	(6.436)	221.314	(13.750)	(13.653)
Diferencial líquido		—	(7.106)	18.906	—	(5.143)	3.067
3 - Opções							
Posição passiva		131.750	(2.823)	(2.001)	—	—	—
Venda de opção de compra	1	104.500	(2.325)	(1.840)	—	—	—
Venda de opção de venda	1	27.250	(498)	(161)	—	—	—
Diferencial líquido		131.750	(2.823)	(2.001)	—	—	—

	Nível	31/12/2021			31/12/2020		
		Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
4 - Futuros							
Posição ativa		3.658.702	–	–	2.999.674	–	–
DI	1	1.811.000	–	–	891.400	–	–
DDI	1	1.540.218	–	–	1.444.683	–	–
DAP	1	28.953	–	–	–	–	–
Dólar	1	278.531	–	–	660.412	–	–
Euro	1	–	–	–	3.179	–	–
Posição passiva		8.158.574	–	–	5.517.299	–	–
DI	1	6.535.000	–	–	3.625.700	–	–
DDI	1	1.538.544	–	–	1.891.599	–	–
DAP	1	85.030	–	–	–	–	–

a.2.2) Composição da carteira por vencimento e valor diferencial

Diferencial a receber/(pagar) ao valor justo	31/12/2021			31/12/2020	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Swap	(3.885)	7.095	15.696	18.906	59.853
Non deliverable forward	6.679	5.379	–	12.058	3.067
Opções	–	(2.001)	–	(2.001)	–
Total	2.794	10.473	15.696	28.963	62.920

a.2.3) Hedge de investimento líquido no exterior

O Original contrata instrumentos derivativos na gestão de riscos da variação cambial do seu investimento em agência nas Ilhas Cayman, cuja moeda de suas operações é o dólar e documenta a relação entre instrumento de *hedge* desse investimento, bem como os testes de efetividade de forma contínua.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos têm seu componente eficaz contabilizado no patrimônio líquido e o componente ineficaz no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o valor eficaz foi de R\$ 8.126 negativo líquido dos efeitos tributários (R\$ 21.041 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

a.2.4) Hedge de risco de mercado

As operações objeto de proteção através de estruturas de *hedge accounting* são captações pré-fixadas com prazo superior a 2 anos realizadas pelo Original, excluindo seu *spread* de crédito. Instrumentos de *hedge* são contratos de DI1 futuro negociados na B3, registrados no Original e identificados, na sua origem, como pertencentes à estratégia de *hedge accounting*.

O gerenciamento do *hedge* não é feito operação por operação, mas sim para o conjunto de captações (objetos de *hedge*) originadas em determinado período (safra mensal, que pode ser alterada em função do volume de novas operações, de acordo com a avaliação da Administração).

A estratégia de *hedge* de risco de mercado passa por evitar oscilações temporais de resultado oriundos de variações no mercado de juros em reais. Uma vez que esse risco é compensado, o que se procura é indexar a carteira ao DI, através da utilização dos derivativos (DI1 futuro).

O *hedge* é contratado de modo a contrapor a exposição total ao risco de mercado, procurando obter o casamento mais próximo possível de prazos e volumes.

Caso a efetividade seja comprovada dentro do intervalo de 80 a 125%, tanto o instrumento (derivativo), quanto o objeto de *hedge* (captações pré-fixadas com prazos superiores a 2 anos) são mensurados a valor justo, e o efeito do ajuste ao valor justo é reconhecido em resultado. Tal prática será descontinuada prospectivamente caso: i) o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, terminado ou exercido; ii) o *hedge* deixar de satisfazer as condições de efetividade; e iii) for revogada a designação.

A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de risco de mercado têm seu registro contábil no resultado. Em 31 de dezembro de 2021, o ajuste do passivo é devedor de R\$ 59.564 (credor de R\$ 25.086 em 31 de dezembro de 2020), gerando uma receita no ano de R\$ 84.650 (despesa de R\$ 22.149 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). A taxa de efetividade do *hedge* foi de 95,17%.

b) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

b.1) Títulos e valores mobiliários

		De 3 a	Acima de	31/12/2021	31/12/2020
	Nível	12 meses	12 meses	Valor justo/ contábil	Valor justo/ contábil
Carteira própria					
Títulos públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	–	–	–	43.170
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	26.997	1.796.109	1.823.106	774.149
Títulos privados					
Debêntures	2	5.202	–	5.202	–
Outros	2	–	–	–	151
Total em carteira própria		32.199	1.796.109	1.828.308	817.470
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos privados					
Debêntures	2	4.606	–	4.606	10.102
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	400.302	244.071	644.373	–
Total em vinculados a compromisso de recompra		404.908	244.071	648.979	10.102
Vinculados à prestação de garantias					
Títulos públicos					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	–	–	–	375.521
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	–	–	–	4.797
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	–	–	–	23.802
Total em vinculados a prestação de garantias		–	–	–	404.120
Total		437.107	2.040.180	2.477.287	1.231.692

c) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

c.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

	De 3 a 12 meses	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações no mercado aberto	–	–	930.000
Posição bancada	–	–	930.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	–	930.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros	51.789	51.789	22.730
Aplicações em moedas estrangeiras	–	–	125.043
Total	51.789	51.789	1.077.773

c.2) Títulos e valores mobiliários

	Acima de 12 meses	31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria	4.947	4.947	6.489
Títulos privados	4.947	4.947	6.489
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	4.947	4.947	6.489
Total	4.947	4.947	6.489

c.3) Operações de crédito

c.3.1) Composição da carteira por produto

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos	6.540.394	2.679.404
Financiamentos à exportação	1.847.093	2.021.735
Direitos creditórios	2.092.692	1.956.194
Recebíveis de transação de pagamento	449.789	1.157.930
Operações com cartões de crédito	1.545.386	458.763
Financiamentos rurais e agroindustriais	465.004	212.392
Títulos descontados	135.197	146.819
Financiamentos imobiliários	125.625	141.350
Adiantamentos a depositantes	686	2.647
Outros	108.799	61.038
Total	13.310.665	8.838.272

c.3.2) Composição da carteira por ramo de atividade

	31/12/2021	Concentração	31/12/2020	Concentração
Setor Privado				
Comércio	2.504.587	18,82%	2.322.372	26,28%
Rural	2.142.840	16,10%	2.200.011	24,89%
Serviços	5.868.315	44,09%	1.926.207	21,79%
Pessoas físicas	868.607	6,53%	1.561.164	17,66%
Indústria	150.871	1,13%	409.834	4,64%
Financeiro	562.104	4,22%	146.007	1,65%
Outros	1.213.341	9,11%	272.677	3,09%
Total	13.310.665	100,00%	8.838.272	100,00%

c.3.3) Concentração das operações de crédito

	31/12/2021	% da Carteira	31/12/2020	% da Carteira
Dez maiores devedores	829.071	6,23%	807.938	9,14%
Quarenta maiores devedores seguintes	1.801.158	13,53%	1.710.021	19,35%
Oitenta maiores devedores seguintes	1.037.216	7,79%	1.406.195	15,91%
Demais devedores seguintes	9.643.220	72,45%	4.914.118	55,60%
Total	13.310.665	100,00%	8.838.272	100,00%

c.4) Outros instrumentos financeiros

	31/12/2021	31/12/2020
Recebíveis de transação de pagamento	–	379.520
Depósitos em garantia - contingências trabalhistas	10.367	12.743
Depósitos em garantia - contingências fiscais	10.958	10.576
Rendas a receber	10.366	7.699
Negociação e intermediação de valores	35.051	6.715
Depósitos em garantia - contingências cíveis	6.549	5.878
Operações de câmbio	4.704	3.497
Total	77.995	426.628

d) Provisão para perdas esperadas

d.1) Composição dos instrumentos financeiros por estágio e provisão para perdas esperadas

Operações de crédito e títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado, classificados em estágios de risco de acordo com a *IFRS 9*

Ativos classificados	Estágios			31/12/2021
	1	2	3	Total
Instrumentos financeiros	10.799.642	1.315.936	1.195.087	13.310.665
Posições <i>off-balance</i>	4.880.064	58.185	16.006	4.954.255
Total	15.679.706	1.374.121	1.211.093	18.264.920

Ativos classificados	Estágios			31/12/2020
	1	2	3	Total
Instrumentos financeiros	7.844.922	644.678	348.672	8.838.272
Posições <i>off-balance</i>	1.752.055	215.401	1.465	1.968.921
Total	9.596.977	860.079	350.137	10.807.193

Provisão para perdas esperadas em ativos financeiros, classificada em estágios de risco de acordo com a *IFRS 9*

Ativos classificados	Estágios			31/12/2021
	1	2	3	Total
Instrumentos financeiros	350.375	444.017	701.973	1.496.365
Posições <i>off-balance</i>	52.940	4.639	3.213	60.792
Total	403.315	448.656	705.186	1.557.157

Ativos classificados	Estágios			31/12/2020
	1	2	3	Total
Instrumentos financeiros	72.233	172.378	213.162	457.773
Posições <i>off-balance</i>	15.884	12.062	3	27.949
Total	88.117	184.440	213.165	485.722

d.2) Movimentação dos saldos de provisão para perda esperada

	Estágios			31/12/2021
	1	2	3	Total
Saldo 31 de dezembro de 2020	100.176	171.945	213.601	485.722
De estágio 1 para estágio 2	(44.364)	44.383	–	19
De estágio 1 para estágio 3	(116.602)	–	116.602	–
De estágio 2 para estágio 3	–	(109.019)	108.769	(250)
De estágio 2 para estágio 1	29.873	(29.873)	–	–
De estágio 3 para estágio 1	1.235	–	(1.235)	–
De estágio 3 para estágio 2	–	1.416	(1.416)	–
Novos ativos	249.467	353.392	258.013	860.872
Mudanças em PD, LGD e EAD ⁽¹⁾	189.558	26.529	70.581	286.668
Reversão pela liquidação ou baixa de contrato	(6.028)	(10.117)	(59.729)	(75.874)
Total da movimentação	303.139	276.711	491.585	1.071.435
Saldo em 31 de dezembro de 2021	403.315	448.656	705.186	1.557.157

	Estágios			31/12/2020
	1	2	3	Total
Saldo 31 de dezembro de 2019	108.538	22.322	221.178	352.038
De estágio 1 para estágio 2	(4.696)	10.629	–	5.933
De estágio 1 para estágio 3	(1.951)	–	7.667	5.716
De estágio 2 para estágio 3	–	(222)	550	328
De estágio 2 para estágio 1	4	(7)	–	(3)
De estágio 3 para estágio 1	(62)	–	8	(54)
Novos ativos	56.934	172.298	150.225	379.457
Mudanças em PD, LGD e EAD ⁽¹⁾	(46.508)	(26.989)	(41.868)	(115.365)
Reversão pela liquidação ou baixa de contrato	(12.083)	(6.086)	(124.159)	(142.328)
Total da movimentação	(8.362)	149.623	(7.577)	133.684
Saldo em 31 de dezembro de 2020	100.176	171.945	213.601	485.722

⁽¹⁾ Basicamente impactada pela calibração dos modelos de PD para a carteira de crédito pessoas físicas e EAD para limites de crédito contratados e não utilizados.

Movimentação

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo inicial	(485.722)	(352.038)
Constituição/reversão	(1.735.872)	(485.435)
Baixa para prejuízo	664.437	351.751
Saldo final	(1.557.157)	(485.722)
Créditos recuperados	46.160	32.806

6. Investimentos

a) Investimentos em participação em coligada

		Movimentação de				01/01 a
	31/12/2020	01/01 a 31/12/2021			31/12/2021	31/12/2020
		Aportes de				
	Participação	Valor justo do investimento	Equivalência patrimonial	capital/ outros eventos	Valor do investimento	Equivalência patrimonial
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda ⁽¹⁾	19,90%	491	(9.098)	11.175	2.568	(23.861)
Total		491	(9.098)	11.175	2.568	(23.861)

⁽¹⁾ Considera provisão para *impairment* no valor de R\$ 44.169.

7. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	60.136	(21.198)	38.938	105.724
Sistemas de processamento de dados	20%	130.683	(82.434)	48.249	34.287
Sistemas de segurança e comunicações	20%	2.100	(912)	1.188	1.745
Total		192.919	(104.544)	88.375	141.756

b) Movimentação

	31/12/2020	Movimentação de 01/01 a 31/12/2021			31/12/2021
		Aquisições	Baixas	Depreciação	
Instalações, móveis e equipamentos de uso	105.724	174	(60.262)	(6.698)	38.938
Sistemas de processamento de dados	34.287	33.157	(92)	(19.103)	48.249
Sistemas de segurança e comunicações	1.745	–	(200)	(357)	1.188
Total	141.756	33.331	(60.554)	(26.158)	88.375

8. Ativos intangíveis

a) Composição

	31/12/2020	Movimentação de 01/01 a 31/12/2021			31/12/2021
		Aquisições	Baixas	Amortização	
Licenças de uso	207.145	86.333	(98.883)	(40.129)	154.466
Software	629.207	38.919	(20.345)	(145.021)	502.760
Mais valia em investimento em controlada	81.281	–	(81.281)	–	–
Total	917.633	125.252	(200.509)	(185.150)	657.226

9. Direito de uso de bens arrendados

a) Composição

	Custo	Amortização	31/12/2021	31/12/2020
Direito de uso de bens arrendados	85.856	(21.001)	64.855	114.181
Total	85.856	(21.001)	64.855	114.181

b) Movimentação

	31/12/2020	Movimentação de 01/01 a 31/12/2021			31/12/2021
		Aquisições	Baixas	Amortização	
Direito de uso de bens arrendados	114.181	–	(35.031)	(14.295)	64.855
Total	114.181	–	(35.031)	(14.295)	64.855

10. Outros ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Devedores diversos no país	291.500	297.198
Outros valores e bens	121.374	141.891
Valores a receber de sociedades ligadas	225.634	139.528
Relações interfinanceiras	77.207	91.309
Despesas pagas antecipadamente	5.424	41.339
Adiantamentos	37.101	6.139
Outros	1.528	7.325
Total	759.768	724.729

11. Passivos financeiros

a) Mensurados ao custo amortizado

a.1) Depósitos

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos à vista	911.533	–	–	–	911.533	515.417
Pessoas físicas	278.282	–	–	–	278.282	246.785
Pessoas jurídicas	518.603	–	–	–	518.603	194.515
Vinculados	109.797	–	–	–	109.797	74.095
Pessoas jurídicas ligadas	4.851	–	–	–	4.851	22
Outros depósitos	3.320	–	–	–	3.320	1.226.208
Contas pré pagamento	3.320	–	–	–	3.320	1.226.208
Depósitos interfinanceiros	–	–	591.047	525.503	1.116.550	584.742
Depósitos à prazo	–	1.996.048	1.447.814	6.430.009	9.873.871	6.654.398
Em moeda nacional	–	286.028	1.447.814	6.430.009	8.163.851	4.961.783
Em moeda estrangeira	–	1.710.020	–	–	1.710.020	1.692.615
Total	914.853	1.996.048	2.038.861	6.955.512	11.905.274	8.980.765

CDB são emitidos com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 95% e 170% do DI (90% e 150% do DI em 31 de dezembro de 2020), em operações prefixadas entre 3,28% e 15% ao ano (2% e 19,6% ao ano em 31 de dezembro de 2020) e em operações híbridas, sendo 100% do IPCA mais taxa prefixada entre 0,11% e 6,68% ao ano (Não havia operações híbridas em 31 de dezembro de 2020).

RDB são emitidos com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 106% do DI (101,5% e 106% do DI em 31 de dezembro de 2020). Não havia operações prefixadas em 31 de dezembro de 2021 (2,15% e 19,6% ao ano em 31 de dezembro de 2020).

a.2) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria			
Títulos públicos	1.241.493	1.241.493	184.232
Letras do Tesouro Nacional	600.208	600.208	184.232
Notas do Tesouro Nacional	641.285	641.285	–
Títulos privados	4.620	4.620	10.004
Debêntures	4.620	4.620	10.004
Total	1.246.113	1.246.113	194.236

a.3) Recursos de aceites e emissão de títulos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2021	31/12/2020
Letras de crédito do agronegócio ⁽¹⁾	517.249	726.334	802.792	2.046.375	2.120.583
Letras de crédito imobiliária ⁽²⁾	417.027	1.250.415	1.040.692	2.708.134	1.845.076
Letras financeiras ⁽³⁾	–	218.842	89.927	308.769	605.876
Total	934.276	2.195.591	1.933.411	5.063.278	4.571.535

⁽¹⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 80% e 122,4% do DI (80% e 122,4% do DI em 31 de dezembro de 2020). Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 2,48% e 12,2% a.a. (1,31% e 8,6% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Em operações híbridas, indexadas ao IPCA mais taxa prefixada entre 0,35% e 5% ao ano (Não havia operações híbridas em 31 de dezembro de 2020).

⁽²⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 85% e 135% do DI (90% e 122% do DI em 31 de dezembro de 2020). Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 2,44% e 13,84% a.a. (1,27% e 8,61% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Em operação híbridas, indexadas ao IPCA mais taxa prefixada entre 0,4% e 5,03% ao ano (Não havia operações híbridas em 31 de dezembro de 2020).

⁽³⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 100% e 117% do DI (100% e 121% do DI em 31 de dezembro de 2020). Não havia operações prefixadas em 31 de dezembro de 2021 (22,1% em 31 de dezembro de 2020).

a.4) Outros passivos financeiros

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações por contratos de aluguel de bens	77.868	127.844
Transações de pagamento ⁽¹⁾	1.477.329	95.736
Negociação e intermediação de valores	42.575	8.511
Obrigações por empréstimos e repasses	–	5.187
Total	1.597.772	237.278

⁽¹⁾ Valores a liquidar de transações com cartões de crédito.

12. Provisões

a) Contingências cíveis e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões cíveis	7.321	9.933
Provisões trabalhistas	40.259	47.166
Total	47.580	57.099

a.1) Provisões cíveis

Basicamente, são ações movidas por clientes pleiteando revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, as quais são analisadas de forma individualizada. A provisão é constituída de acordo com a opinião técnica dos assessores jurídicos externos, sempre que a perda for avaliada como provável.

a.1.1) Movimentação

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo inicial	9.933	26.482
Constituição	7.376	4.598
Reversão	(9.988)	(21.147)
Saldo final	7.321	9.933

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 6.549 (R\$ 5.878 em 31 de dezembro de 2020).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de indenizações. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

a.2) Provisões trabalhistas

Basicamente, são ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão é constituída de acordo com a opinião técnica dos assessores jurídicos externos, sempre que a perda for avaliada como provável.

a.2.1) Movimentação

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo inicial	47.166	40.895
Constituição	23.438	27.401
Reversão	(30.345)	(21.130)
Saldo final	40.259	47.166

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 10.367 (R\$ 12.377 em 31 de dezembro de 2020).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

a.3) Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

São processos nas esferas cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

	31/12/2021	31/12/2020
Processos fiscais	36.745	53.414
Processos cíveis	17.152	49.643
Processos trabalhistas	55.864	15.944
Total	109.761	119.001

13. Ativos e passivos fiscais

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(460.667)	(859.919)
Encargo total do IR e da CS às alíquotas vigentes	230.334	386.964
Efeito na apuração dos tributos		
Resultado de participações em coligadas e controladas	(4.549)	(11.931)
Provisão para perdas esperadas	(577.023)	(164.976)
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos financeiros	36.649	(57.523)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	4.580	4.521
Outros	157.983	(157.055)
Imposto de renda e contribuição social	(152.026)	–
Ativos/passivos fiscais diferidos - IR/CS	407.155	218.042
Total	255.129	218.042
Provisão para imposto de renda	(78.536)	–
Provisão para contribuição social	(73.490)	–

b) Composição dos ativos correntes

	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição social a compensar	41.989	31.100
Imposto de renda a compensar	43.841	19.004
COFINS a compensar	26	150
PIS a compensar	3.591	33
Outros impostos a compensar	20.875	11.496
Total	110.322	61.783

c) Composição dos passivos correntes

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre salários	12.675	29.473
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1.227	7.157
Provisão para imposto de renda	50.680	4.824
Provisão para contribuição social	51.206	1.789
Outros	8.318	6.106
Total	124.106	49.349

d) Composição dos ativos diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	223.433	275.642
Provisão para perdas esperadas	558.722	237.876
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	21.411	22.927
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4.483	26.114
Outras diferenças temporárias no resultado	152.651	31.323
Subtotal	960.700	593.882
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários no patrimônio líquido	51.632	(3.419)
Outras diferenças temporárias no patrimônio líquido	17.379	17.379
Total	1.029.711	607.842

e) Movimentação dos ativos diferidos

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo inicial	505.293	418.275
Constituições	765.731	359.088
Realizações	(241.313)	(169.521)
Saldo final	1.029.711	607.842

f) Composição dos passivos diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Ajuste ao valor de mercado dos passivos financeiros	28.327	–
Outras	17.471	–
Total	45.798	–

g) Movimentação dos passivos diferidos

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo inicial	16.082	81.913
Constituições	45.747	186.608
Reversões	(16.031)	(268.521)
Saldo final	45.798	–

h) Expectativa de realização dos ativos diferidos

	31/12/2021				
Ano	2022	2023	2024	2025	Total
Realização projetada	724.905	218.294	9.696	7.805	960.700

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

i) Valor presente dos ativos diferidos

O valor presente dos ativos diferidos em 31 de dezembro de 2021, considerando a taxa de captação projetada, é de R\$ 933.547 (R\$ 512.912 em 31 de dezembro de 2020).

14. Outros passivos

	31/12/2021	31/12/2020
Credores diversos - no país	36.169	489.901
Provisão para outras despesas administrativas	26.041	100.545
Provisão para despesas de pessoal	32.303	29.480
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	1.173	7.515
Valores a pagar a sociedades ligadas	–	3.031
Rendas antecipadas	6.443	2.946
Outros pagamentos	–	2.134
Valores a ressarcir demais convênios	–	168
Contas a pagar de uso, consumo e prestação de serviços	–	23
Outros	19.616	36.300
Total	121.745	672.043

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 637.826.073 (537.826.073 em 31 de dezembro de 2020) ações escriturais e sem valor nominal, sendo 568.913.037 (518.913.037 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias e 68.913.036 (18.913.036 em 31 de dezembro de 2020) ações preferenciais.

a.1. Composição

	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2021	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2020
De domiciliados no país	2.255.098	274.903	2.530.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.255.098	274.903	2.530.001	2.053.913	76.088	2.130.001

Em 24 de maio de 2021 foi deliberado e aprovado o aumento de R\$ 100.000 no capital social e homologado pelo BACEN em 14 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021 foi deliberado e aprovado o aumento de R\$ 300.000 no capital social e homologado pelo BACEN em 22 de julho de 2021.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

b.2) Reserva estatutária

A legislação vigente e o estatuto social facultam à administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

c) Dividendos/juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuídos sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram deliberados dividendos ou juros sobre o capital próprio.

d) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste ao valor justo líquido de impostos relativo aos títulos públicos representados por NTN, LTN, títulos privados e *swap* destinado para *hedge* do capital da agência nas Ilhas Cayman, no montante negativo de R\$ 55.827 (R\$ 14.355 em 31 de dezembro de 2020).

16. Receita de juros e similares

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Operações de crédito	1.932.827	1.690.619
Financiamentos	427.673	927.254
Empréstimos	1.486.107	479.381
Títulos descontados	20.080	287.558
Cessão de operações de crédito	–	126
Adiantamento a depositantes	444	202
Perda com créditos incobráveis	(1.477)	(3.902)
Títulos e valores mobiliários	48.159	29.383
Aplicações interfinanceiras de liquidez	28.188	29.383
Disponibilidades em moedas estrangeiras	19.971	–
Total	1.980.986	1.720.002

17. Despesa com juros e similares

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Captação com depósitos	(478.351)	(344.111)
Depósitos à prazo	(416.420)	(313.444)
Depósitos interfinanceiros	(61.931)	(30.667)
Captação no mercado aberto	(30.073)	(5.435)
Carteira própria	(30.069)	(5.435)
Carteira de terceiros	(4)	–
Recursos de aceite e emissão de títulos	(286.082)	(153.247)
Letras de crédito imobiliária	(124.517)	(71.452)
Letras de crédito do agronegócio	(127.177)	(62.840)
Letras financeiras	(34.388)	(18.955)
Contribuições ordinárias	(13.937)	(10.663)
Fundo Garantidor de Crédito	(13.937)	(10.663)
Obrigações por empréstimos e repasses	(209.358)	(28.363)
Banqueiros no exterior	(209.349)	(28.063)
Repasses instituições oficiais	(9)	(300)
Outros	(8.305)	(12.308)
Bens arrendados	(8.305)	(12.308)
Total	(1.026.106)	(554.127)

18. Ganho/(perda) líquidos em investimentos em instrumentos financeiros

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Títulos	392.620	131.133
Títulos de renda variável	317	130.235
Resultado de títulos no exterior	968	1.213
Títulos de renda fixa	391.335	(315)
Derivativos	12.132	(691.699)
<i>Non deliverable forward</i>	(13.112)	221.023
Opções	(131)	2.551
Certificado de operações estruturadas	–	(600)
<i>Swap</i>	23.288	(9.262)
Futuros	2.087	(905.411)
Total	404.752	(560.566)

19. Recuperação de créditos baixados para prejuízo

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	46.159	32.806
Total	46.159	32.806

20. Resultado em operações de câmbio

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Variações e diferenças de taxas	1.043	68.929
Receitas em operações de câmbio	1.973	5.490
Total	3.016	74.419

21. Receitas de prestação de serviços

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Transações de pagamento	–	265.292
Tarifas bancárias	149.924	61.793
Comissões de cartões	178.989	47.729
Cobrança e arrecadações	25.052	11.806
Tecnologia	555	11.477
Garantias prestadas	3.685	5.595
Prestação de serviços de assessoria financeira	1.857	1.079
Total	360.062	404.771

22. Provisão para perdas esperadas em ativos financeiros

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Perda esperada em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ⁽¹⁾	(1.154.046)	(329.951)
Total	(1.154.046)	(329.951)

⁽¹⁾ Movimentação detalhada na nota explicativa 5.d.2.

23. Despesas de pessoal

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Proventos	(253.435)	(352.765)
Encargos	(73.029)	(122.590)
Benefícios	(46.168)	(72.287)
Indenizações trabalhistas	(9.580)	(36.606)
Treinamentos	(1.805)	(2.358)
Total	(384.017)	(586.606)

24. Despesas tributárias

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
COFINS	(77.372)	(69.377)
ISS	(27.962)	(20.900)
PIS/PASEP	–	(14.048)
Outras	(10.113)	(3.962)
Total	(115.447)	(108.287)

25. Outras despesas administrativas

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Serviços do sistema financeiro	(452.246)	(362.682)
Processamento de dados	(77.687)	(193.824)
Depreciações e amortizações	(225.603)	(162.414)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(57.870)	(122.735)
Comunicações	(15.948)	(17.854)
Propaganda e publicidade	(29.359)	(16.595)
Promoções e relações públicas	(332)	–
Publicações	(337)	–
Transportes e viagens	(1.534)	(6.707)
Manutenção e conservação de bens	(5.901)	(5.856)
Despesas legais e jurídicas	(3.632)	(5.561)
Serviços de vigilância e segurança	(2.754)	(2.495)
Água, energia e gás	(863)	(2.115)
Aluguéis	1.686	–
Material	(464)	(1.657)
Seguros	(1.257)	–
Outras	(35.314)	(25.623)
Total	(909.415)	(926.118)

26. Outras receitas/(despesas) líquidas

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	9.161	9.088
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento ⁽²⁾	86.907	49.632
Resultado na alienação de participações	63.661	–
Outras provisões operacionais	1.350	5.744
Recuperação de encargos e despesas ⁽¹⁾	121.877	1.655
Atualização de depósitos judiciais	1.091	1.011
Atualização de impostos a compensar	6.971	879
Despesas de charge back	(32.794)	(4.053)
Provisão para <i>impairment</i> de ativos	2.789	–
Prejuízos operacionais	(5.752)	(13.799)
Outras	87.226	(52.558)
Total	342.487	(2.401)

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, ao ressarcimento de despesas previstas em acordos operacionais com partes relacionadas

⁽²⁾ Rendas junto a instituições participantes de arranjo de pagamento

27. Partes relacionadas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os benefícios de curto prazo recebidos pelo pessoal chave da Administração somaram R\$ 30.107 (R\$ 31.676 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde de 2 a 9 meses após o desligamento somaram R\$ 786 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.504 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

O Original não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

O Original não concedeu empréstimos ao pessoal chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Original realiza transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados e antecipação de recebíveis. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos o Banco Original do Agronegócio S/A, a Crednovo Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S/A, a JBS S/A, a JBS Aves Ltda, a Seara Comércio de Alimentos Ltda, a Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A, a Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Ltda e a J&F Investimentos S/A.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora ⁽¹⁾	Entidades coligadas e controladas ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2021
Ativos						
Instrumentos financeiros	4.058.582	134.566	–	–	–	4.193.148
Outros ativos	30.936	–	34	–	–	30.970
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	3.791.208	173	6.542	34.475	33.603	3.866.001
Outros passivos	14.998	–	12	–	–	15.010
						01/01 a 31/12/2021
Resultado						
Rendas originadas por instrumentos financeiros e outros ativos	285.162	–	–	–	–	285.162
Despesas com depósitos e demais instrumentos financeiros	(41.485)	(39)	(540)	(3.147)	(3.321)	(48.532)
Outras receitas e despesas	45.432	82.945	(4.969)	–	–	123.408

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora ⁽¹⁾	Entidades coligadas e controladas ⁽³⁾	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2020
Ativos						
Caixa e equivalentes	143.790	–	76.189	–	–	219.979
Instrumentos financeiros	420.163	–	1.157.930	–	–	1.578.093
Outros ativos	–	–	39.885	–	–	39.885
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.101.504	716	45.652	59.775	33.220	1.240.867
Outros passivos	–	–	16.467	–	–	16.467
						01/01 a 31/12/2020
Resultado						
Rendas originadas por instrumentos financeiros e outros ativos	113.429	–	130	–	–	113.559
Despesas com depósitos e demais instrumentos financeiros	(3.235)	(3)	(150)	(620)	(1.248)	(5.256)
Outras receitas e despesas	(6.632)	–	(81.883)	–	–	(88.515)

⁽¹⁾ J&F Participações S/A

⁽²⁾ Original Corporate Corretora de Seguros Ltda, Original Hub Ltda.

⁽³⁾ Original Corporate Corretora de Seguros Ltda, Original Asset Management Ltda, Original Hub Ltda, PicPay Instituição de Pagamento S.A., FIDC PicPay.

28. Estrutura de gerenciamento de riscos

O Original preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Original qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de crédito - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de mercado - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de liquidez - Possibilidade de o Original não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco operacional - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de capital - É o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Original está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrente do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador.

A estrutura de avaliação de risco do Original está alicerçada em metodologias estatísticas de credit score e no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e nível de exposição ao risco de crédito e é composta pelas etapas de decisão, formalização, monitoramento e cobrança, que possibilitam o acompanhamento contínuo da qualidade da carteira de crédito.

O comitê de crédito possui, entre outras atribuições, o estabelecimento de diretrizes, aprovação de políticas de crédito, deliberação de empréstimos e adiantamentos a clientes, análise de demandas operacionais de produtos de crédito e de cobrança, ainda não previstos em documentos oficiais, deliberação a respeito de empréstimos e adiantamentos a clientes e políticas em caráter de excepcionalidade, análise dos indicadores de propostas e contratos para atendimento das metas e objetivos a serem alcançados pelo Original.

O risco de crédito é o maior risco para o negócio do Original. Portanto, a administração gerencia cuidadosamente sua exposição ao risco de crédito. A gestão e controle do risco de crédito são centralizados em uma equipe de gerenciamento de risco de crédito que se reporta regularmente à diretoria executiva.

a.1) Exposição máxima ao risco de crédito - Instrumentos financeiros sujeitos a redução ao seu valor recuperável

Representação da exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais uma provisão para perda esperada é reconhecida.

	Estágios			31/12/2021
	1	2	3	Total
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	10.799.642	1.315.936	1.195.087	13.310.665
Exposições off-balance ⁽¹⁾	4.880.064	58.185	16.006	4.954.255
Exposição total	15.679.706	1.374.121	1.211.093	18.264.920
(-) Provisão para perdas esperadas	403.315	448.656	705.186	1.557.157
(=) Exposição líquida	15.276.391	925.465	505.907	16.707.763

	Estágios			31/12/2020
	1	2	3	Total
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	7.844.922	644.678	348.672	8.838.272
Exposições off-balance (1)	1.752.055	215.401	1.465	1.968.921
Exposição total	9.596.977	860.079	350.137	10.807.193
(-) Provisão para perdas esperadas	88.117	184.440	213.165	485.722
(=) Exposição líquida	9.508.860	675.639	136.972	10.321.471

⁽¹⁾ Possui aplicação de fator de expectativa de utilização.

a.2) Exposição máxima ao risco de crédito - Instrumentos financeiros não sujeitos a redução ao valor recuperável

	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	4.333.962	2.617.054
Derivativos	28.963	62.920
Total	4.362.925	2.679.974

a.2.1) Avaliação da redução ao valor recuperável

Apresentamos as referências que demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Original para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Elas devem ser consideradas no contexto das principais práticas contábeis utilizadas pelo Original, conforme descrito nas notas explicativas de número 3.

i) Definição de inadimplência e cura

O Original considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de perda esperada, todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias em relação aos seus fluxos contratuais. Para operações interbancárias, o Original considera inadimplentes quando o pagamento requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Original considera a classificação interna de risco de crédito. Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente ou seja, evento de “cura”, quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de quatro meses. Este período foi determinado com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao *status* de inadimplência após cura.

ii) Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (*probability of default - PD*)

O Original possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (*PD*). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score*, interno que utiliza como parâmetros principais:

- Nível de comprometimento da renda do tomador;
- Percentual dos saldos devedores já pagos;
- Idade.
- Situação de crédito do tomador no sistema financeiro nacional;
- Identificação interna de outras operações que indicam melhor situação de crédito do tomador;

As classificações internas de risco de crédito estão assim definidas:

Classificações internas de risco de crédito, segregadas em operações de atacado e varejo	Atacado			Varejo		
	Rating	Avaliação	2021	Rating	Avaliação	2021
	Baixa	Boa qualidade	0,5%	Baixa	Boa qualidade	9,5%
	Média	Normal	12,2%	Média	Normal	27,2%
	Alta	Atenção	47,0%	Alta	Atenção	100,0%

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *rating*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, Operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

iii) Mensuração do risco de crédito

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas, considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um “fator de crédito” que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto e faixa de utilização do limite atual, com base na análise dos dados de inadimplência recentes.

Para calcular a EAD o Original leva em consideração as classificações em estágios, onde:

- Operações em estágio 1 - o Original avalia a possibilidade de eventos de inadimplência nos próximos 12 meses para o cálculo da PE.
- Operações nos estágios 2 e 3 - o Original avalia a possibilidade de eventos de inadimplência ao longo da vida para o cálculo da PE.

Além disso, para operações de atacado, há aplicação do fator de projeção associado as variáveis macroeconômicas (*forward looking*).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

O Original monitora continuamente todos os ativos sujeitos a constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito a provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Original avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Aumento significativo de risco de crédito

O Original considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito, com consequente migração para o estágio 2, quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros.
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%; e

O Original considera que há aumento significativo do estágio 2 para o estágio 3 quando o ativo financeiro possui atraso superior a 90 dias, ou quando houver solicitação de recuperação judicial no caso de pessoa jurídica.

Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

O Original calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de empréstimos e adiantamentos a clientes.

O Original agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto (recebíveis, crédito pessoal, crédito pessoal consignado, operação de cartão de crédito, operações de cartão de crédito consignado e cheque especial);
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador; e
- Segmentação por linha de negócio (agronegócio, *corporate*, *affluente*, varejo);

a.3) Garantias

O Original utiliza-se de garantias reais e pessoais como mitigadores de risco em suas operações de crédito, derivativos e operações compromissadas. As operações de crédito são estruturadas e propostas com as garantias de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica as garantias frente o nível do risco da operação e, por fim, delibera sobre a aprovação, suficiência ou reprovação das garantias apresentadas.

Seguindo linhas gerais, a distribuição geográfica das garantias reais segue aquela das operações de origem. Na maioria dos casos, o tipo de garantia solicitada dependerá da modalidade do empréstimo, qualidade creditícia, ramo de atividade e segmento econômico do proponente da operação de crédito. Assim, a diversificação de garantias recebidas acompanhará a distribuição da carteira de crédito, por modalidades e segmentos.

As principais garantias utilizadas são:

- Aval dos sócios e cotistas;
- Penhor ou alienação fiduciária de bens móveis;
- Hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e títulos de crédito; e
- Cessão fiduciária de depósitos e títulos;

O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, em regra se dá nos cartórios competentes.

A avaliação das garantias, em especial relativas a produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando o cenário de venda forçada. Realizam-se periodicamente, em média a cada trimestre, ou de acordo com os fluxos de vencimento, histórico ou épocas de abate, colheita etc, visitas de monitoramento para aferição da real existência das garantias, bem como sua qualidade e condições de manejo e estocagem.

O Original considera consistentemente as garantias associadas aos empréstimos em carteira, associando ao valor das garantias a probabilidade de arresto das mesmas, para fins de quantificar as potenciais perdas de crédito incorridas em seu portfólio. Esta medida passa a direcionar objetivamente as provisões de crédito constituídas e as ações de cobrança sobre as operações inadimplentes.

Mitigação de riscos por garantia	Saldo 31/12/2021	Impacto da LGD na PE	Saldo 31/12/2020	Impacto da LGD na PE
Agronegócio	2.408.956	(127.456)	2.270.663	(158.528)
Corporate	1.846.577	(44.283)	1.256.160	(79.638)
Total mitigado	4.255.533	(171.739)	3.526.823	(238.166)

a.4) Recuperação e cobrança

A área de cobrança objetiva minimizar as perdas financeiras associadas ao atraso, parcial ou total, dos contratos de empréstimos. A recuperação de crédito segue as regras definidas na “régua de cobrança” estipulada para cada tipo de modalidade de crédito.

As ações de cobrança vão desde o contato com o cliente, negociação amigável, aviso aos garantidores e avalistas, negativação em órgãos como a Serasa, chegando a tomada de ações jurídicas cabíveis para a recuperação do crédito.

a.5) Operações de crédito por portfólio, classe e risco de crédito

	31/12/2021			31/12/2020		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Agronegócio	2.301.715	13.592	93.649	2.246.525	84.051	39.590
Corporate	1.770.311	–	76.266	1.528.058	–	99.433
Recebíveis	2.653.939	3.066	8.602	2.075.747	1.292	10.862
Pessoas físicas	3.640.572	1.228.597	999.147	827.082	562.191	198.787
Demais	433.106	49.887	17.424	9.580	–	–
	10.799.643	1.295.142	1.195.088	6.686.992	647.534	348.672

a.6) Operações de crédito vencidas

	Atraso de 1 a 30 dias	Atraso de 30 a 60 dias	31/12/2020	Atraso de 1 a 30 dias	Atraso de 30 a 60 dias	31/12/2021
Agronegócio	–	13.606	13.606	31.619	–	31.619
Corporate	2	–	2	21.624	–	21.624
Recebíveis	103.806	2.491	106.297	97.612	1.306	98.918
	496.992	461.678	958.670	118.253	30.549	148.802
Pessoas físicas	56.698	20.228	76.926	–	–	–
Total	657.498	498.003	1.155.501	269.108	31.855	300.963

b) Riscos de mercado

A área de risco de mercado calcula do risco de taxa de juros (IRRBB) reportando o resultado através de relatórios para a tesouraria. Havendo extrapolação dos limites estabelecidos, o fato é, tempestivamente, reportado ao CEGIR.

Abaixo são demonstrados os impactos de choques nas taxas de juros nas operações da carteira bancária.

Risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB)	4º trimestre 2021	3º trimestre 2021	2º trimestre 2021	1º trimestre 2021	4º trimestre 2020
EVE Econômico	2.878	4.037	17.627	23.521	13.656
Cenário de alta	2.878	–	2.855	–	1.183
Prefixado	2.198	–	–	–	–
Cupom IPCA	678	–	–	–	–
Cupom TR	2	–	–	–	–
Cupom de dólar	–	–	2.855	–	1.183
Cenário de baixa	1.833	4.037	17.627	23.521	13.656
Prefixado	–	(744)	(3.296)	7.948	13.503
Cupom IPCA	–	4.743	20.937	11.867	191
Cupom TR	–	(6)	(14)	(24)	(38)
Cupom de dólar	1.833	44	–	3.730	–
EVE NII - Descasamento contábil	77.720	76.149	52.745	75.110	52.348
Cenário de alta	–	–	–	–	–
Prefixado	–	–	–	–	–
Cupom IPCA	–	–	–	–	–
Cupom TR	–	–	–	–	–
Cupom de dólar	–	–	–	–	–
Cenário de baixa	77.720	76.149	52.745	75.110	52.348
Prefixado	48.849	54.916	22.963	39.638	8.819
Cupom IPCA	–	–	–	–	–
Cupom TR	–	–	–	–	–
Cupom de dólar	28.871	21.233	29.782	35.472	43.529

c) Riscos de liquidez

As diretrizes da Administração para o processo de risco de liquidez são norteadas pela política de risco de liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR). Essa política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.557/17 do BACEN. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR.

A diretoria de riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez do Original. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Essas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento de todo o Conglomerado Original, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam as análises são:

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros					
Passivos totais	2.969.788	4.006.599	8.762.907	15.739.294	13.983.814
Derivativos	1.970	9.255	15.696	26.921	16.213

d) Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Os principais eventos de risco operacional são:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, descumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso da instituição;
- Aqueles que acarretam a interrupção das atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;

Visando aprimorar seus controles internos, o Original possui uma estrutura para gerenciar o risco operacional ao qual está exposto. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais está exposto, além de disseminar internamente a cultura de controle a todos os colaboradores. Esta estrutura está formalizada na política de gerenciamento de risco operacional, documento que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de risco operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e possuir um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de risco operacional e controles internos.

e) Gestão de capital

Gestão de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição com a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, visando o planejamento de metas e de necessidade de capital, de acordo com os objetivos estratégicos.

A diretoria de riscos monitora e controla a necessidade de capital para fazer frente aos riscos da instituição, reportando os resultados aos órgãos reguladores, às áreas envolvidas no processo e aos comitês gestores.

Os procedimentos relacionados ao gerenciamento de capital têm como objetivo a identificação e avaliação da relação entre o capital exigido e capital disponível. Neste contexto, os processos executados pela diretoria de riscos têm como foco: i) evolução e projeção dos principais riscos que a instituição incorre; ii) projeção das carteiras de ativos e passivos e dos resultados; iii) levantamento das fontes de capital; iv) projeção do capital e das necessidades de capital para fazer frente aos riscos; v) apuração e análise da suficiência de capital, de acordo com as metas definidas; e vi) aplicação de testes de estresse e reporte dos resultados e controles de limites. O patrimônio de referência (PR) da instituição é composto somente pelo PR Nível I, constituído pelos seguintes instrumentos:

- Ações ordinárias no país;
- Ações preferenciais não cumulativas e não resgatáveis no país;
- Reserva de lucros;
- Lucros ou prejuízos acumulados; e
- Ajustes prudenciais;

O Original não se utiliza de instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD), dívidas subordinadas e ações elegíveis a compor o PR Nível II. Na apuração do PR não há nenhum instrumento com prazo de vencimento.

29. Limites operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Original.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado prudencial (Banco Original, Banco Original do Agronegócio, *Offshore* Cayman, PicPay Instituição de Pagamento, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PicPay, Laguz Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, Original Hub e Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas), nos termos da resolução nº 4.280, substituindo o conceito de conglomerado financeiro.

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência Nível I	1.727.750	1.030.622
Patrimônio de referência (Níveis I e II)	1.727.750	1.030.622
RWA - Ativos ponderados pelo risco	15.577.648	10.203.294
RWACPAD (parcela de risco de crédito)	13.462.310	8.653.764
RWAMPAD (parcela de risco de mercado)	40.077	88.309
RWAOPAD (parcela de risco operacional)	2.075.261	1.461.221
Índice de Basileia III e II	11,1%	10,1%

Durante o ano de 2021, o Conglomerado mostrou-se enquadrado no limite regulatório para o índice de Basileia, que para dezembro de 2021 é 10,0%, e com patrimônio de referência compatível com seu nível de risco. O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias, encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor, de forma que o Conglomerado apresentou indicador de 11,37% em 31 de dezembro de 2021.

A controladora do Conglomerado Prudencial Original possui liquidez e capacidade financeira para dar suporte ao plano estratégico de capital.

30. Resultado por ação

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado líquido atribuído ao controlador	(205.537)	(362.943)
Média ponderada do número de ações ordinárias	545.996	518.913
Média ponderada do número de ações preferenciais	45.996	18.913
Total	591.992	537.826
Resultado atribuído ao controlador por ação ordinária	(0,361)	(0,699)
Resultado atribuído ao controlador por ação preferencial	(2,983)	(19,190)
Resultado por ação básico		
Ações ordinárias	(0,3472)	(0,6748)
Ações preferenciais	(0,3472)	(0,6748)

31. Informações complementares

a) Garantias prestadas

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	257.758	1.327	262.429	1.487
Outras fianças bancárias	–	–	18.399	118
Total	257.758	1.327	280.828	1.605

b) Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, as unidades de negócio do Original estavam seguradas, cuja cobertura total somava R\$ 364.000 (R\$ 427.880 em 31 de dezembro de 2020). O prêmio pago foi de R\$ 1.276 (R\$ 1.042 em 31 de dezembro de 2020).

c) Plano de aposentadoria e pensões

O Original não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não são aplicáveis as exigências da deliberação CVM 695/12.

d) Plano de saúde - benefício pós emprego

O Original é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios.

Os colaboradores demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do acordo coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 991 (R\$ 1.504 em 31 de dezembro de 2020).

e) Pandemia de COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

A Administração avalia de forma constante o impacto da pandemia de COVID19 nas operações e na posição patrimonial e financeira da companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar seus impactos. Neste sentido, as seguintes ações foram tomadas:

- i) Quanto ao risco operacional, aumentamos do número de funcionários elegíveis a trabalhar de forma remota, fornecendo-lhes as ferramentas tecnológicas necessárias para que possam exercer plenamente suas atividades em qualquer lugar fora das dependências do Original, sem que haja qualquer prejuízo à continuidade dos negócios.
- ii) Quanto ao risco de crédito, os efeitos da pandemia de COVID19 na economia foram mapeados, visando analisar eventual deterioração da carteira de crédito, adotando as providências necessárias para minimizar seu efeito no resultado do Original.
- iii) Relativamente aos critérios de apuração das necessidades Adicional de Capital Principal, adotamos os percentuais a serem aplicados ao montante do *RWA - Risk- Wiegthed Assets*, definidos pela Resolução 4.783, de 16 de março de 2020.

Cuidados especiais para a retomada segura

Durante o ano de 2021, foi iniciado um processo de retorno voluntário ao trabalho presencial nas dependências do Original.

Para a retomada segura, a área de Pessoas e Cultura fez uma série de divulgações sobre a importância de se observar os protocolos de segurança tais como distanciamento entre estações de trabalho, uso de elevadores e áreas comuns, uso de máscaras em período integral e de álcool em gel para higiene das mãos.

Foi disponibilizado aos colaboradores o serviço de telemedicina, através do seguro saúde. Além disso, foi estabelecido um acompanhamento dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19 dos colaboradores pelo ambulatório na matriz do Original.

f) Conciliação da movimentação dos fluxos de caixa das atividades de financiamento

	Patrimônio líquido		Total
	Capital social	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31/12/2020	2.130.001	(442.233)	1.687.768
Variações com efeito de caixa	400.000	(1.330.467)	(930.467)
Aumento de capital	400.000	–	400.000
Recursos provenientes da destinação de resultado	–	(1.330.467)	(1.330.467)
Variações sem efeito de caixa	–	1.157.575	1.157.575
Recursos provenientes da destinação de resultado	–	1.124.930	1.124.930
Efeito da alienação de ações	–	32.645	32.645
Saldo em 31/12/2021	2.530.001	(615.125)	1.914.876
Saldo em 31/12/2019	2.130.001	(61.308)	2.068.693
Variações com efeito de caixa	–	(720.632)	(720.632)
Recursos provenientes da destinação de resultado	–	(720.632)	(720.632)
Variações sem efeito de caixa	–	339.707	339.707
Recursos provenientes da destinação de resultado	–	357.689	357.689
Ajuste de investimento	–	(17.982)	(17.982)
Saldo em 31/12/2020	2.130.001	(442.233)	1.687.768

g) Segregação de saldos por prazo de liquidez e exigibilidade

Algumas notas explicativas não apresentam a segregação dos saldos por prazo. Estes saldos estão segregados a seguir:

	Até 360 dias	Após 360 dias	31/12/2021	Até 360 dias	Após 360 dias	31/12/2020
Ativo						
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	9.247.461	2.584.043	11.831.504	7.710.493	1.068.685	8.779.178
Operações de crédito	10.415.844	2.894.821	13.310.665	7.707.440	1.130.832	8.838.272
Outros instrumentos financeiros	50.121	27.874	77.995	426.628	–	426.628
Provisão para perdas esperadas	(1.218.504)	(338.652)	(1.557.156)	(423.575)	(62.147)	(485.722)
Ativos fiscais	835.227	304.806	1.140.033	218.462	451.163	669.625
Correntes	110.322	–	110.322	61.783	–	61.783
Diferidos	724.905	304.806	1.029.711	156.679	451.163	607.842
Outros ativos	412.760	347.008	759.768	724.729	–	724.729
Passivo						
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	1.531.734	66.038	1.597.772	121.662	115.616	237.278
Outros passivos financeiros	1.531.734	66.038	1.597.772	121.662	115.616	237.278
Provisões	–	47.580	47.580	–	57.099	57.099
Passivos fiscais	169.904	–	169.904	49.349	–	49.349
Correntes	124.106	–	124.106	49.349	–	49.349
Diferidos	45.798	–	45.798	–	–	–
Outros passivos	115.302	6.443	121.745	669.097	2.946	672.043

32. Eventos subsequentes

Em 21 de fevereiro de 2022, o Original emitiu Letras Financeiras Subordinadas Nível 2, no montante de R\$ 500.000 em negociação privada com investidor profissional. Essas Letras Financeiras vencerão entre doze e quatorze anos.

Administradores responsáveis pela divulgação das demonstrações financeiras consolidadas

Alexandre Correa Abreu
Diretor Presidente

Marcelo Rosas Betine
Contador
CRC 1 PR044644/O-6 "S" SP

Érico de Arruda Holanda
Diretor